

Introdução

O conceito de identidade é atualmente um dos mais presentes nos estudos das ciências sociais. Ao mesmo tempo, em torno dele encontramos acalorados debates a respeito de sua conceituação e aplicabilidade. Neste artigo, busco mapear alguns contornos e questões sobre a identidade, tendo em foco o modo como seu uso implica compreensões distintas da relação entre indivíduo e sociedade e das transformações sociais e políticas na sociedade ocidental moderna.

As discussões acerca do conceito de identidade tornaram-se frequentes nas ciências sociais nos últimos quarenta anos. Até então, era um tema mais restrito à filosofia e à psicologia. Nas ciências sociais, falava-se, sobretudo, nos papéis que cada indivíduo desempenhava, múltiplos, às vezes conflitantes até, deixando implícito, no entanto, certa independência ontológica entre o sujeito e seus papéis (Calhoun, 1994). A teoria dos papéis sociais buscava assim pensar a mediação entre a sociedade e o indivíduo, rompendo com uma visão estreitamente essencializada e biologizada do sujeito. Mas, ao contrário da discussão posterior sobre o conceito de identidade, tratava essas instâncias como separadas (Hall, 1998).

O trabalho de Goffman (1999) já adiantava algumas questões sobre identidade, embora não usasse o conceito. Para ele, a

identificação do eu com o papel desempenhado poderia acontecer, mas não era necessária ao desenrolar adequado da cena. Esta separação era possível, pois Goffman partia da distinção entre *eu humano* – criatura com impulsos variáveis – e *eu socializado*, que controlava seus sentimentos em suas representações (p. 58). Ambos fariam parte do ator, que encenava personagens em cenários de interação específicos, com públicos variados, produzindo-se assim um “eu” que seria produto e não causa da cena (p. 231). Se esta última formulação parecia antecipar a discussão atual sobre a variação ou não das identidades de acordo com os contextos, a possibilidade de não haver identificação entre o ator e seu papel dificultava o uso do conceito de identidade.

A partir das décadas de 1950 e 1960, a categoria identidade tornou-se um instrumento analítico comum nas ciências sociais. Isso se deu devido principalmente às transformações sociais ocorridas desde então. Tanto a sociologia como a antropologia vieram a questionar e repensar conceitos que pressupunham unidades autocontidas, definidas e integradas – cultura, sociedade, nação e sua contrapartida no nível microssozial: o indivíduo. Os debates passaram a realçar as contradições e os conflitos internos a cada unidade destas, bem como seu caráter dinâmico e fluido. Surgiu uma visão do indivíduo como inextricavelmente asso-

ciado à sociedade, com uma subjetividade construída cultural e socialmente.

Com essas concepções cada vez mais compartilhadas nas ciências sociais, foi tornando-se mais freqüente o uso do conceito de identidade, que remete a uma relação de unidade entre indivíduo e grupo social, reconhecida socialmente – pelos afins e pelos outros – e com significado para o sujeito enquanto algo que o define subjetivamente. É nesse sentido subjetivo que a noção de identidade se distingue do conceito de papel social, que não prevê identificação necessária entre o sujeito e a posição social ocupada.

Mais recentemente, o conceito de identidade vem sofrendo questionamentos, uma crise teórica semelhante à crise de identidade que muitos autores argumentam que seria vivenciada pelo sujeito na modernidade tardia. [Neste artigo, pretendo analisar como alguns autores pensam a relação entre esse conceito e as transformações sociais das últimas décadas, explorando principalmente as dimensões teóricas do debate. Até que ponto a revisão do conceito é um modo de ajustá-lo às recentes mudanças sociais e políticas? Ou trata-se também de uma mudança teórica que vem colocando, em novas bases, a relação entre indivíduo e sociedade? O modo como essa relação é pensada implica também um determinado conceito de pessoa, uma categoria que varia no tempo e no espaço, e sua relação com a coletividade, outra noção igualmente variável. Assim, podemos usar o conceito em qualquer sociedade, independente dos diversos significados atribuídos à categoria de pessoa?

Este ensaio se debruçará, portanto, na relação entre teoria e empiria em torno da forma como o conceito de identidade vem sendo discutido. Orientada pelas indagações acima, minha análise têm dois eixos fundamentais: a construção de sujeito que orienta

a discussão, em particular o problema da existência ou não de uma essência distinta da identidade, e o grau de relativização dessa concepção de sujeito no tempo e no espaço, em especial na modernidade ocidental. São essas questões que norteiam meu recorte da literatura sobre o tema.

A bibliografia sobre identidade é atualmente extensa, focalizando freqüentemente a formação de identidades específicas como as de gênero, sexualidade, etnicidade. O tema também vem sendo abordado a partir tanto de suas apropriações subjetivas como das dinâmicas políticas dos movimentos identitários. Na literatura selecionada, alguns debates já dividem o campo, como a disputa entre perspectivas mais essencialistas, que postulam uma identidade elaborada a partir de uma essência fixa, e outras mais construtivistas, segundo as quais a identidade é pensada como processo sempre em construção e particularmente relacionada aos contextos de interação (Calhoun, 1994).

Para este artigo, escolhi analisar como alguns autores pensam a identidade de modo mais geral – sua definição e seu processo de formação. Nesses trabalhos, a questão do sujeito – como ele é concebido – está em foco, tanto em sua relação com a sociedade, como a sua variação no tempo ou no espaço. Esses autores são: Peter Berger e Thomas Luckmann, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Henrietta Moore e Richard Handler. Com exceção dos dois primeiros, todos os demais escrevem já na década de 1990, pensando a configuração das identidades no mundo moderno e suas implicações teóricas. Como contraste, recorro a Berger e Luckmann em seu trabalho clássico para uma visão do conceito de identidade nos primeiros tempos de sua utilização. A seguir, então, discuto cada autor separadamente, com uma breve apresenta-

ção de cada obra como forma de situar suas análises sobre identidade.

Identidades Centradas: Berger e Luckmann

Berger e Luckmann (1973) apresentam, em seu clássico *A construção social da realidade*, a questão do conhecimento como problema fundamental da sociologia – os “processos pelos quais qualquer corpo de ‘conhecimento’ chega a ser socialmente estabelecido como ‘realidade’” (p. 15). Tratando esta última como construção social, postulam uma visão da sociedade como realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva. Entendida enquanto um processo dialético entre exteriorização, objetivação e interiorização, etapas que acontecem simultaneamente, a sociedade e o indivíduo devem ser compreendidos como caracterizados por esses três momentos. Assim, o indivíduo “exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva” (p. 173).

Nesse estudo, a questão sobre identidade surge na discussão sobre o processo de interiorização da sociedade pelo indivíduo. Para Berger e Luckmann, o indivíduo ao nascer ainda não é membro da sociedade. Teria sim a predisposição para a sociabilidade e para tornar-se membro dela (p. 173). É somente com a socialização, vista por eles como um processo “ontogenético”, que isso se realiza. Há, entretanto, alguns elementos subjetivos que lhe escapam, tais como uma consciência da existência do corpo anterior e à parte de qualquer apreensão social dele. Nesse sentido, “a biografia subjetiva não é completamente social” (p. 179).

Ainda assim, o indivíduo está desde o início localizado em uma estrutura social objetiva, com definições de situação partilha-

das e dadas, que é mediada para ele através de outros significativos, em geral, a família. Esse processo de socialização é tanto cognoscitivo como também fortemente emotivo. Assim, produz-se uma identificação entre a criança e os outros significativos, e é somente com essa identificação que se realiza a interiorização do mundo objetivo. Através da identificação com os outros significativos, Berger e Luckmann argumentam, “a criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível” (p. 177).

Berger e Luckmann oscilam entre uma visão processual da identidade e outra na qual esta se cristalizaria na idade adulta, articulando de forma coerente as socializações primária e secundária. Segundo os autores, a interiorização da sociedade e da identidade não se dá de forma completa nem acabada. Se na socialização primária não há problema de identificação, uma vez que não há escolha dos outros significativos, a socialização secundária põe em foco “submundos” institucionais, realidades parciais que podem não ser coerentes com a interiorização primária. Com isso, a identificação nessa segunda etapa pode ser pouco afetiva e se restringir ao necessário para a comunicação entre os indivíduos. O que importa destacar é o processo contínuo de modificação da realidade subjetiva – uma identidade formada por processos, que em algum momento pode se cristalizar.

Para Berger e Luckmann, a questão da identidade como escolha é limitada. Assim, a possibilidade de o indivíduo escolher entre identidades definidas como verdadeiras alternativas biográficas se restringe, segundo os autores, aos casos de socialização imperfeita, em sociedades altamente diversificadas, nas quais há comumente situações de discordância entre as socializações primária e secundária. Nas sociedades com uma divi-

são simples do trabalho, as identidades são pré-definidas e facilmente reconhecidas, tanto em termos objetivos como subjetivos. “Todo mundo sabe quem é todo mundo e quem a própria pessoa é” (p. 217). Não haveria, segundo eles, “o problema da identidade”, expresso na questão “quem sou eu?” e em uma divisão entre um eu “mais profundo” ou “mais real”.

Essas questões se colocariam apenas nas sociedades com divisão do trabalho complexa, nas quais há uma diversidade de mundos acessíveis e uma possibilidade maior de discordância entre as socializações primária e secundária. Surge uma consciência maior da relatividade desses mundos, de tal modo que o indivíduo passa a se relacionar com eles como em um “papel”, podendo desligar-se deles. Subjetivamente, isso implica uma distinção entre representar e ser e na possibilidade de escolher, de certo modo, com qual desses mundos haverá uma relação de identificação.

Assim, para os autores naquela época, a identidade seria um conceito que permite articular as dimensões objetivas e subjetivas da vida social, havendo, no entanto, uma base individual anterior ao social e possível de ser pensada, até certo ponto, à parte da sociedade. Além disso, embora enfatizem o caráter processual da formação das identidades, Berger e Luckmann também afirmam uma cristalização dessas na idade adulta, que devem ser coerentes em sua articulação dos vários mundos e socializações. Nesse sentido, a identidade só se torna uma questão para o indivíduo – sujeita a inconsistências e escolhas – em determinadas conjunturas.

Identidades Reflexivas: Giddens

No título em inglês de seu livro – *Modernity and self-identity* (1991), Giddens

já apresenta sua preocupação fundamental: como se desenvolve a identidade no contexto da modernidade tardia. Nessa obra, dá continuidade às análises anteriores sobre as transformações sociais que vêm ocorrendo nesse período, dessa vez dando atenção às mudanças sofridas pelo indivíduo. Assim, as características que ele havia apontado em estudo anterior (1990) como traços daquele momento – a separação entre tempo e espaço, o desencaixe das relações sociais, a apropriação reflexiva do conhecimento – serão discutidos em relação à experiência do indivíduo, em particular o modo como constrói sua “auto-identidade”, que ele define como sendo a compreensão reflexiva do eu em termos de sua biografia.

Antes de desenvolver seus argumentos específicos sobre a modernidade, Giddens apresenta o que considera ser as bases para a formação de qualquer sentido de auto-identidade. Sua premissa é a de que *ser humano significa saber o que faz e por que faz*, isto é, é ter assim consciência reflexiva. Para tal, é preciso ter também consciência prática: aceitação tácita de categorias, o que permite monitorar continuamente as atividades e promover a sensação de segurança ontológica. Assim, a identidade pessoal é “rotineiramente criada e sustentada pelas atividades reflexivas do indivíduo” (1991, p. 52, tradução minha).

Para Giddens, faz parte dessa compreensão reflexiva do eu a relação que distingue o “eu” do “outro”, dada pela linguagem, e um conceito de pessoa, culturalmente elaborado, embora a habilidade de usar o “eu” em vários contextos seria, segundo ele, um elemento presente em todas as sociedades (*Idem*, p. 53). A continuidade no tempo e no espaço é importante não enquanto característica dada, mas sim enquanto traço interpretado reflexivamente pelo sujeito. A identidade pessoal depende também da capacidade de

manter uma narrativa biográfica particular, que integre continuamente eventos que acontecem no mundo exterior. Para tanto, o controle regular do corpo é mais um meio de manutenção dessa biografia pessoal. Assim, há tanto fragilidade como força na identidade: ela é frágil enquanto uma entre muitas histórias sobre si que o indivíduo pode contar; e é forte porque se sustenta, assim como o sentido de segurança ontológica, contra tensões e mudanças nos meios sociais pelos quais a pessoa transita (*Idem*, p. 55).

O conteúdo da identidade pessoal, em termos do material sobre o qual as biografias são construídas, varia socialmente e culturalmente. Igualmente significativas são as variações de forma e estilo, principalmente no contexto da modernidade ocidental. Nesta, o eu e sua identidade passaram a ser vistos como um projeto reflexivo pelo qual o indivíduo é responsável, com uma trajetória coerente e uma narrativa explícita. O corpo se torna um elemento importante desse projeto identitário, parte de um sistema de ação e não um objeto passivo (*Idem*, p. 77). O eixo moral desse projeto de auto-identidade passa a ser a autenticidade, que implica distinguir o falso do verdadeiro eu.

O contexto fundamental de realização desse projeto é a diversidade de escolhas que confrontam o indivíduo. Essas alternativas estão associadas à importância para a identidade pessoal do estilo de vida, como um conjunto mais ou menos integrado de práticas rotineiras atreladas a circunstâncias socioeconômicas. Embora haja limites para as possibilidades de escolha de estilos de vida, ainda assim esses são percebidos como sendo “adotados” e não “impostos” (*Idem*, p. 81). É a opção por um estilo de vida particular que fornece material para a elaboração de uma narrativa específica de auto-identidade, que envolve também o modo como se lida com o corpo – sua aparência, sua postura.

Apesar de a vida moderna ser marcada pela pluralidade de meios pelos quais transita o indivíduo, Giddens argumenta a favor da manutenção de uma coerência da auto-identidade contra autores que falam em múltiplos eus, sem um núcleo identitário interior. Ainda que os vários cenários de interação exijam ajustes de postura e comportamento, haveria, segundo ele, uma constância de conduta através da qual seria preservada uma consistência identitária. Seria, em outros termos, uma divisão entre o desempenho em contextos sociais específicos e uma identidade pessoal, mantida à parte.

Se, no geral, Giddens trata a identidade como uma questão pessoal, que na modernidade assume a forma de um projeto reflexivo, ao final de seu livro as injunções sociais mais amplas ganham espaço como forças com as quais o indivíduo tem que lidar. A narrativa da auto-identidade é moldada e alterada em um contexto de rápidas transformações sociais, locais e globais. Nesse sentido, a reflexividade dessa narrativa torna-se a forma de dar coerência a um mundo exterior em mudança. Mais ainda, o projeto identitário passa a estar articulado a uma política de vida, que restringe as decisões pautadas em critérios internos e restitui a importância das questões morais. A relação com o corpo, por exemplo, adquire uma dimensão política em virtude das várias modalidades de intervenção desenvolvidas na modernidade – desde seu cuidado diário ao tratamento de doenças –, com as quais o indivíduo tem que lidar rotineiramente.

Em linhas gerais, portanto, Giddens constrói sua discussão da identidade a partir de uma visão filosófica da natureza humana, tratada como tendo traços gerais, tais como a consciência reflexiva e a habilidade de usar o “eu” em vários contextos distintos. É essa continuidade de conduta que permite, segundo ele, falar em um núcleo identitário

interior, relativamente coerente, distinto de desempenhos em contextos específicos, lembrando assim a distinção goffmaniana entre personagem e ator, indivíduo e papéis sociais. O que se modificaria com a modernidade é o caráter explícito da percepção da identidade como projeto reflexivo construído diante da diversidade de escolhas que se coloca para o indivíduo. Mesmo nesse cenário plural, haveria ainda, para ele, uma identidade centrada e coerente.

Identidades Fragmentadas: Bauman e Hall

Em seu livro *Identidade* (2005), Bauman retoma sua preocupação com as ambivalências da modernidade. Já em estudos anteriores, se afirmava sua visão de que a tensão entre segurança e liberdade seria constitutiva da vida moderna. Seja na busca da vida em comunidade (2003) ou na fragilidade das relações afetivas (2004), esse conflito de valores estaria sempre presente. Não será diferente ao tratar a identidade, que é para o autor a encarnação mais aguçada da ambivalência (2005, p. 38).

Ao contrário dos autores anteriores, Bauman não se detém no processo de construção de identidades no geral. Mas é possível perceber, em algumas passagens, sua visão a respeito disso. Para ele, o fundamento da identidade é a resposta à pergunta “Quem sou eu?”, a qual deve gozar sempre de credibilidade. Esta é constituída em relação aos laços que unem o eu a outras pessoas, vínculos que deveriam ser como fidedignos e relativamente estáveis (2005, pp. 74-5).

Na verdade, Bauman argumenta que a questão da identidade não ocorrerá às pessoas “enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem

alternativa” (2005, p. 18). Ou seja, questionar “Quem sou eu?” só tem sentido quando se acredita que é possível ser outra coisa, quando há escolha e esta depende do sujeito. A idéia de identidade, para o autor, surge da crise do pertencimento gerada na modernidade e do esforço conseqüente em transpor a lacuna entre o “dever” e o “ser”.

Ao falar sobre a modernidade, Bauman, em vários trabalhos, discute o que ele chama de “liquefação” das estruturas e instituições sociais, que não conseguem manter sua forma por muito tempo. Essa fluidez das referências sociais cria o que ele considera o “desafio da auto-identidade” (2005, p. 56), marcado também pela responsabilidade basicamente individual de escolher uma identidade sem apoio. Assim, a identidade torna-se uma “tarefa”, que, se por um lado liberta o indivíduo dos vínculos tradicionais, coloca-se como necessidade de escolha permanente, fonte de ansiedade e ambivalência.

Neste mundo em movimento, Bauman argumenta que as identidades são no máximo quebra-cabeças incompletos, nos quais sempre faltam peças. As imagens a serem produzidas não são dadas antecipadamente e deixam de formar ao final um todo consistente e coeso, o que seria receita de uma inflexibilidade repetidamente execrada (2005, p. 59). Na verdade, o problema da coerência se coloca desde o momento a partir do qual o indivíduo passa a transitar por mais de uma “comunidade de idéias e princípios”. Com isso, as narrativas biográficas têm que lidar com a questão da continuidade e da consistência, buscando ajustes constantes que não chegam a finalizar esse jogo de ajustamento (2005, p. 61). Nesse sentido, as identidades são frágeis e provisórias.

Mesmo o contraste entre o eu e os outros, que faz parte do processo de identificação, adquire outra dinâmica nestes tempos modernos. As relações afetivas tornam-

se mais provisórias, colocando em questão a estabilidade de vínculos que são referência na construção das identidades. Em um plano mais amplo, as fronteiras entre os nós e eles – base das identidades étnicas e nacionais – estão obscuras com a globalização e a reavaliação do elo entre Estado e nação. Se essas fronteiras foram sempre construções mantidas à força para sustentar o Estado-nação, Bauman discute como seu esmaecimento provoca também a busca de refúgio em comunidades que oferecem segurança para identidades mais estáveis pelo custo da perda da liberdade (2005, p. 65). Assim, as linhas que traçam os contrastes entre identidades e alteridades perdem seus contornos fixos e claros, deslocando-se mais continuamente.

Assim como Bauman, Hall pensa a identidade em meio à modernidade, vendida deslocada e fragmentada. Tema de vários estudos seus desde a década de 1990, analisado de modo mais amplo (1996), ou específico, como no caso das identidades étnicas (1991), sua marca nessa discussão tem sido o tratamento crítico do conceito, que seria “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (1998, p. 8). Assim, mais do que refletir sobre as transformações sociais ocorridas na modernidade, Hall vai repensar o sentido da identidade a partir de diversas correntes de pensamento – do marxismo ao feminismo, da lingüística à psicanálise. Tomo como meu objeto de análise seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (1998), texto didático que traz uma síntese de seus argumentos apresentados em obras anteriores.

Hall aponta para uma transformação estrutural distinta, no fim do século XX, que vem fragmentando as “paisagens culturais” de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e

nacionalidade. Antes eram elas referências sólidas para a localização social dos indivíduos, que também se pensavam como sujeitos integrados. É a esta perda de um “sentido de si” estável que as idéias de deslocamento ou descentramento do sujeito se referem. A crise de identidade resultaria então de um duplo deslocamento vivido pelo indivíduo moderno – de seu lugar social e cultural e de si mesmo (1998, p. 9).

Contudo, tanto quanto focalizar as mudanças sociais, Hall se dedica ao exame teórico de como o sujeito foi pensado a partir do Iluminismo. Nesse plano, ele assume uma postura contra qualquer concepção essencialista ou fixa da identidade, que teria predominado até recentemente. Tal visão permeou as noções de sujeito do Iluminismo e da sociologia até a primeira metade do século XX, divisão que ele apresenta de forma assumidamente esquemática. Na primeira, teríamos uma concepção de indivíduo centrado, singular, unificado, racional, consciente, capaz de agir. Seu “centro” estaria em um núcleo interior que surgia com o nascimento do sujeito e se desenvolvia com ele, “ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo” (1998, p. 11).

Tal essência se mantém ainda no que Hall chama de sujeito sociológico. Com a modernidade e a crescente complexidade da vida social, vem a percepção de que esse centro interior não era autônomo, mas formado na relação com outras pessoas que mediavam para o indivíduo valores e significados. Assim, surge a idéia de que a identidade é constituída na interação entre o eu e a sociedade, mantendo-se a visão de uma essência interior, um “eu real”, embora este exista em diálogo com os mundos culturais “exteriores”. Indivíduo e sociedade são aqui entidades separadas, mas conectadas através da

identidade, que “estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam” (1998, p. 12).

O sujeito pós-moderno, que não teria uma identidade fixa nem essencial, é produzido tanto pelas transformações sociais que fragmentam os cenários sociais e culturais como por mudanças teóricas na segunda metade do século XX. Hall aponta cinco grandes correntes do pensamento que teriam contribuído para um descentramento do sujeito cartesiano. A releitura do marxismo na década de 1960 problematiza a noção de agência individual, situando-a em relações sociais dadas historicamente. A teoria de Freud sobre o inconsciente e a interpretação feita por Lacan recolocam a idéia do eu unificado como uma imagem que é aprendida gradualmente e que permanece sempre incompleta, “em processo”. A lingüística estrutural de Saussure e sua apropriação por Derrida relativizam a visão do sujeito como “autor” das afirmações que ele faz, uma vez que a língua é um sistema social que preexiste ao indivíduo e cujos significados, embora submetidos a regras de utilização, são instáveis. O trabalho de Foucault em torno de uma “genealogia do sujeito moderno” mostra como sua individualização é intensificada pela ação do poder disciplinar, fruto das novas instituições coletivas. Por fim, o feminismo, enquanto crítica teórica e movimento social, contesta noções de público e privado, mostrando que “o pessoal é político” e politizando assim a formação de identidades e subjetividades.

A partir desses descentramentos, Hall argumenta que a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (1998, p. 13). Além disso, são várias as identidades que o indivíduo assume em diferen-

tes situações, havendo muitas vezes contradições entre elas. Assim, não haveria uma identidade unificada em torno de um eu coerente, sendo esta imagem construída e mantida somente através de uma narrativa de si. Com a multiplicação dos sistemas culturais, o sujeito se vê diante de uma variedade “desconcertante e cambiante” de identidades possíveis. Portanto, segundo o autor, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (1998, p. 13).

Hall e Bauman problematizam assim a concepção de uma identidade fixa e coerente, ressaltando por sua vez o caráter dinâmico dos contextos de interação, bem como contradições na própria vivência subjetiva. Em ambos, essa postura crítica parte da necessidade de adequar o conceito a várias características das sociedades ocidentais modernas, que acentuam o dinamismo e o pluralismo das identidades, além da fragilidade das coerências identitárias. Em Hall, encontramos ainda um questionamento da identidade que advém de várias correntes teóricas que repensam, de modo mais geral, o sujeito e sua relação com a identidade.

A Visão da Antropologia: Moore e Handler

Ao contrário dos outros autores, Moore e Handler vêm trabalhando com o problema da identidade a partir de vinculações específicas – de gênero e nacional, respectivamente, particularmente em contextos culturais específicos. Assim é que suas discussões mais gerais sobre o conceito, que analiso abaixo, provêm de capítulos de livro. Na verdade, esta é uma tendência mais comum na antropologia, que tradicionalmente lidou com manifestações particulares da identidade, com os trabalhos pioneiros sobre identidade

étnica já na década de 1960. O foco em formações identitárias específicas e a relativa falta de análises mais gerais do conceito revelam uma postura antropológica que problematiza a adoção ampla dessa categoria.

Em seu livro *A passion for difference* (1994), Moore discute alguns impasses em torno das identidades de gênero a partir da antropologia feminista. Antes porém de tratar das questões de corpo, gênero e sexualidade, a autora faz uma reflexão sobre o estado do debate sobre identidade na antropologia, que, segundo ela, tem contribuído pouco para a discussão. Para Moore, isto é paradoxal, uma vez que a relativização dos conceitos de pessoa e de eu, que já vêm sendo estudados em várias sociedades nas últimas décadas, colabora para uma crítica do sujeito racional e unificado do pensamento ocidental moderno. Moore localiza a dificuldade em torno de algumas tensões a respeito do que seriam qualidades universais do sujeito e o que seriam noções culturalmente específicas.

Nesse sentido, haveria um consenso sobre o fato de que a capacidade de ter consciência de si, a habilidade de distinguir entre o eu e o outro e a apreensão de continuidade do eu seriam vistos como essenciais para o funcionamento humano. Já o tipo de relação entre o eu e o outro, a separação entre corpo e mente – quando existe este último conceito –, e se a agência e a motivação são concebidas como surgindo de dentro ou de fora do sujeito, são idéias que variam culturalmente.

Por outro lado, há mais divergência sobre até que ponto os modelos culturais locais seriam constitutivos de processos psicológicos. Alguns acreditariam em uma função da memória independente de como ela é pensada em contextos particulares. Contudo, eles reconhecem que, como os processos psíquicos são relacionais, a nature-

za da relação entre o eu e o outro, bem como o conjunto de relações sociais e sistemas simbólicos desempenham um papel importante na formação da subjetividade (1994, p. 31). Admitem, portanto, que, em alguns lugares, as pessoas não acreditam que o eu é unificado ou delimitado nem que a essência da identidade reside no corpo.

Moore também localiza certa ansiedade quanto à atribuição da capacidade de agência a pessoas que não se pensam como separadas umas das outras. Estaria por trás desse debate o confronto entre um modelo ocidental de sujeito e outras concepções de pessoa, nas quais o corpo nem sempre é a fonte ou núcleo da identidade; a noção de eu interior nem sempre existe e, caso exista, pode estar na origem da intenção ou da agência.

No discurso filosófico do ocidente moderno, por sua vez, a questão da identidade reside na idéia de uma essência ou núcleo do sujeito que existiria antes de sua inserção social e que teria no corpo sua base fundamental, conferindo continuidade ao indivíduo ao longo do tempo. Entretanto, se a experiência corporal é um fato significativo, ela não pode ser tomada como definidora da identidade de uma pessoa em todas as sociedades. Do mesmo modo, atributos como continuidade e coerência da pessoa são social e culturalmente estabelecidas.

Portanto, para Moore, o problema de fundo, ao discutir a questão da identidade, parece estar na necessidade de reconhecer a existência de outros modelos de pessoa e de eu, os quais colocam em cheque afirmações e conhecimentos baseados em uma noção ocidental de sujeito. Mais ainda, seria preciso admitir também que não há apenas um discurso ou modelo de pessoa em cada sociedade, mas vários, alguns dos quais são dominantes e outros adequados a contextos bastante específicos. Para ser válida enquanto conceito, seria preciso então tomar a

identidade como “algo que tem que ser socialmente definido através de um conjunto de discursos que são ao mesmo tempo discursivos e práticos” (1994, pp. 36-7), implicando noções particulares do que seja um sujeito.

No artigo de Handler (1994), o título já apresenta sua preocupação fundamental: o conceito de identidade é útil nas comparações entre culturas? Assim como Moore, ele situa a identidade como uma categoria peculiar ao mundo ocidental moderno, que traz alguns sentidos específicos e problemáticos para estudos comparativos. Seja em referência ao indivíduo, seja em termos de coletividades ou grupos, a identidade seria uma qualidade de singularidade, originada de dentro e não de fora, mantendo-se a mesma ao longo do tempo. Mesmo no discurso acadêmico, Handler aponta uma tensão entre uma visão da identidade enquanto atributo essencial, unitário e fixo e outra na qual ela é construída e reconstruída através da ação histórica.

Além disso, Handler argumenta que o conceito de identidade pressupõe uma visão de sujeito cultural e historicamente específica. A noção de um sujeito singular e contido, cujo corpo é fonte desse limite e de continuidade ao longo do tempo, é freqüentemente ausente em muitos lugares. Assim, o discurso recente sobre identidade parece mais ser fruto da disseminação de idéias hegemônicas sobre modernidade e etnicidade do que da universalidade de uma preocupação coletiva com identidade (1994, p. 38). Portanto, Handler questiona se o conceito de identidade é útil na análise de sistemas culturais distintos, embora afirme sua função política na luta de minorias por reconhecimento e direitos.

Seria importante então, aponta Handler, examinar criticamente o conceito de identidade, assim como vem acontecen-

do com outras noções das ciências sociais, como “cultura”, “tradição” e “grupo étnico”. A reificação destas últimas enquanto entidades delimitadas e fixas no tempo estaria associada a uma ideologia nacionalista hegemônica, segundo a qual as nações são unidades com identidades singulares, definidas no tempo e no espaço e internamente homogêneas quanto ao seu conteúdo cultural. Recentemente, esses conceitos, bem como essa ideologia, vêm tendo tais atributos questionados e substituídos por uma visão de processos de construção e negociação, marcados por pluralidade de vozes e disputas internas. Falta, portanto, submeter o conceito de identidade à mesma crítica para repensar seus contornos e sua dinâmica, levando em conta que a noção de um sujeito autônomo e único é particular no tempo e no espaço.

Considerações Finais

A partir desta análise, gostaria de salientar algumas questões mais gerais. Primeiro, em todos os autores recentes, o conceito de identidade precisa de ajustes, alguns mais conjunturais – às características da modernidade tardia –, alguns mais estruturais – com questionamentos inclusive sobre a sua utilidade. Mesmo Berger e Luckmann já previam alterações na forma de vivenciar a identidade em sociedades altamente diversificadas. Segundo, o modo de pensar esses ajustes está relacionado à forma de elaborar a relação entre indivíduo e sociedade ou cultura. Em todos os autores, pensar o conceito de identidade implica levar em conta um modelo de sujeito. A maior diferença entre eles está no quanto esse modelo é aceito como fato ontológico, como entidade que pode ser até certo ponto pensada à parte da sociedade, ou se é visto como um desenho

histórica e culturalmente elaborado, como categoria cujos significados mudam através do tempo e do espaço.

Para os analistas das sociedades ocidentais, encontramos a percepção de que as transformações que caracterizam a modernidade afetam fundamentalmente o sujeito e, portanto, torna possível falar da categoria identidade. Essas mudanças são vistas como modificando o caráter da relação entre o sujeito e os outros que integra o processo de construção da identidade. Um consenso entre todos é o fato de que, na sociedade ocidental moderna, a elaboração da identidade implica escolha – de outros significativos, de estilos de vida, de narrativas biográficas. Nesse sentido, o desenvolvimento acentuado do consumismo não apenas coloca para o sujeito um amplo leque de escolhas, como também as torna cada vez mais provisórias.

O que vai variar entre os autores é o quanto essa nova relação entre o eu e os outros – mais instável e mais plural em termos de suas referências – gera também uma nova construção subjetiva. De um lado, temos Giddens que fala em maior reflexividade do eu, mas mantém a visão de um núcleo central fixo e coerente. De outro, temos Hall, que vê a identidade e o sujeito como “celebrações móveis” – múltiplas e potencialmente incoerentes –, localizando esse sujeito em um tempo e espaço específicos.

A questão da coerência remete ao problema de até que ponto as identidades são elaboradas contextualmente. Nas visões de Berger, Luckman e Giddens, existiria um núcleo fixo, separável do mundo interiorizado na socialização secundária e do desempe-

nho de papéis, que permite pensar em uma base identitária relativamente contínua e consistente. Para Bauman e Hall, não haveria tal núcleo do sujeito, sendo as identidades – no plural – (trans)formadas em cada contexto, podendo inclusive entrar em contradição umas com as outras.

Essa visão situacional das identidades e do sujeito é compartilhada por Moore e Handler, como exemplos da perspectiva antropológica sobre o assunto. Trabalhando com um campo mais vasto, são vários os modelos de sujeito possíveis em sociedades distintas e o conceito de identidade é avaliado com restrições. Mesmo no mundo ocidental moderno, é preciso considerar que há uma história por trás da visão do indivíduo autocontido, autônomo e coeso, e mesmo essa visão coexiste com outras formas de pensar o sujeito. Para Moore, o conceito pode ser útil se definido de forma mais genérica, menos embasado em um modelo específico de sujeito. Para Handler, a discussão sobre identidade deveria estar restrita às sociedades ocidentais modernas, visto que está marcada por significados particulares a elas.

De modo geral, portanto, o debate sobre o conceito de identidade traz consigo elementos particulares às sociedades ocidentais modernas. Seja na necessidade de ajustar sua definição às transformações recentes, seja na crítica ao seu uso em outras sociedades com modelos variados de sujeito, a reflexão sobre identidade aponta para uma categoria marcada pela sociedade e pelo tempo que a engendram.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. (2003), *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. (2004), *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. (2005), *Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. (1973/1985), *A construção social da realidade*. 6. ed. Petrópolis, Vozes.

CALHOUN, Craig. (1994), "Social theory and the politics of identity", in Craig Calhoun (org.), *Social theory and the politics of identity*, Oxford, Blackwell.

GIDDENS, Anthony. (1990), *The consequences of modernity*. Oxford, Polity Press.

_____. (1991), *Modernity and self-identity*. Oxford, Polity Press.

GOFFMAN, Erving. (1999), *A representação do eu na vida cotidiana*. 8. ed. Petrópolis, Vozes.

HALL, Stuart. (1991), "Old and new identities, old and new ethnicities", in Anthony D. King (ed.), *Culture, globalization and the world-system: contemporary conditions for the representation of identity*. New York, State University of New York at Binghamton.

_____. (1996), *Questions of identity*. Londres, Sage.

_____. (1998), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro, DP&A.

HANDLER, Richard. (1994), "Is 'Identity' a useful cross-cultural concept?", in John Gillis (org.), *Commemorations: the politics of national identity*, Princeton, Princeton University Press.

MOORE, Henrietta. (1994), *A passion for difference*. Oxford, Polity Press.

• Artigo recebido em abr/2007

• Aprovado em ago/2007

Resumo

Identidade e contexto: algumas questões de teoria social

Neste ensaio, examino a forma como o conceito de identidade vem sendo discutido nas ciências sociais, a partir dos trabalhos de Peter Berger e Thomas Luckmann, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Henrietta Moore e Richard Handler. Com exceção dos dois primeiros, que discutem a identidade de forma mais geral, os outros autores pensam a configuração das identidades no mundo moderno e suas implicações teóricas. Parto de duas questões fundamentais: a construção de sujeito que orienta a discussão, em particular o problema da existência ou não de uma essência como base da identidade; e o grau de relativização dessa concepção de sujeito no tempo e no espaço, em especial na modernidade ocidental.

Palavras-chave: Identidade; Teoria social; Modernidade ocidental; indivíduo.

Abstract

Identity and context: some issues in social theory

In this article, I examine the way in which the concept of identity is used in the social sciences, through the works of Peter Berger and Thomas Luckmann, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Henrietta Moore, and Richard Handler. With the exception of the first two, who discuss identity in general, the others have looked at identity configurations in the modern world and their theoretical implications. My analysis tackles two issues: notions of the subject which underlie the discussion, in particular whether or not there is an essential basis to identities; and the degree to which this concept of the subject varies in time and space, especially its forms in the modern West.

Keywords: Identity; Social theory; Western modernity; individual.

Résumé

Identité et contexte: quelques questions de théorie sociale

Dans cet article, j'examine, à partir des travaux de Peter Berger et Thomas Luckmann, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Henrietta Moore et Richard Handler, la façon par laquelle le concept d'identité est abordé dans les sciences sociales. À l'exception des deux premiers, qui discutent l'identité de façon plus générale, les autres auteurs analysent la configuration des identités dans le monde moderne et ses implications théoriques. J'ai eu comme point de départ deux questions fondamentales: la construction du sujet qui oriente la discussion, en particulier le problème de l'existence ou pas d'une essence en tant que fondement de l'identité ; et le degré de relativisation de cette conception du sujet dans le temps et dans l'espace, en particulier dans le cadre de la modernité occidentale.

Mots-clés : Identité; Théorie sociale; Modernité occidentale; individu.